

17. BATALHAO DE FRONTEIRA-MEX

Termo de Referência 34/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
34/2026	160145-17. BATALHAO DE FRONTEIRA-MEX	JESSILEN DE PINHO BRASIL	22/04/2026 17:10 (v 0.11)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		64055002715202691

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Processo Administrativo nº 64055.002715/2026-91

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de Serviço Móvel Pessoal (SMP), compreendendo serviços de comunicação móvel (voz e dados), com fornecimento de SIM Cards habilitados, franquias mensais definidas, roaming nacional, chamadas locais e longa distância nacional ilimitadas, bem como possibilidade de fornecimento de aparelhos smartphones em regime de comodato, conforme necessidade da Administração, visando assegurar a continuidade das atividades administrativas e operacionais do 17º Batalhão de Fronteira.
- 1.2. A contratação visa garantir a manutenção da capacidade de comunicação institucional, considerada essencial e de natureza contínua, necessária ao adequado funcionamento das atividades administrativas e operacionais desta Organização Militar, sobretudo em razão da inexistência de contrato vigente.
- 1.3. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, podendo ser prorrogado, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.
- 1.4. O serviço enquadra-se como serviço continuado, por se tratar de atividade indispensável ao funcionamento regular e permanente da Administração, conforme previsto no Estudo Técnico Preliminar (ETP).
- 1.5. Descrição dos itens:

ITEM	UG	DESCRIÇÃO	UNI	QTDS	VALOR UNI	VALOR TOTAL (R\$)
2	17º B fron	Chamadas Internacionais (LDI-SMP-MFM) - Origem Móvel	MIN	500	1,41	705,00
5	17º B fron	Pacote de Serviços Empresaria Tipo 1 (Assinatura mensal de linha de voz, com ligações locais (VCA1) e LDN (VC2 e VC3) ilimitadas, envio de SMSs ( limitados a 1.000 por mês ),	UNI	4	40,51	162,04

		roaming nacional ilimitado, acesso a caixa postal/ secretária eletrônica ilimitado, uso ilimitado de aplicativos de mensagens instantâneas, como WhatsApp ou similares, franquia mínima de dados de 50 GB, fornecimento de SIM CARD de triplo corte e serviço de gerenciamento de dispositivos móveis (MDM) e fornecimento de SMARTPHONE em comodato.				
VALOR TOTAL MENSAL						R\$ 867,04
VALOR TOTAL ANUAL						R\$ 10.404,48

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Contratações (PCA) 2026 do 17º Batalhão de Fronteira.

2.2. A contratação observa os princípios e regras estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, bem como a empresa deverá possuir autorização da ANATEL para exploração do Serviço Móvel Pessoal (SMP), nos termos da Lei nº 9.472/1997.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP), contemplando a habilitação e fornecimento de linhas móveis corporativas com pacotes de voz e dados, incluindo serviço de gerenciamento de dispositivos móveis (MDM), podendo incluir, conforme necessidade da Administração, fornecimento de aparelhos smartphones em regime de comodato.

3.2. O serviço deverá atender às demandas administrativas e operacionais do 17º Batalhão de Fronteira, garantindo conectividade, mobilidade e segurança das comunicações institucionais.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1. Requisitos Técnicos

4.1.1. A contratada deverá prestar os serviços em conformidade com a Lei nº 9.472/1997, normas da ANATEL, regulamentos aplicáveis ao SMP, e demais legislações correlatas.

4.1.2. A contratada deverá disponibilizar os serviços contratados dentro dos parâmetros estabelecidos, assegurando funcionamento contínuo e adequado, incluindo: serviços de voz; serviços de dados móveis; envio de SMS dentro das franquias previstas; roaming nacional; acesso a caixa postal/secretária eletrônica, quando aplicável.

4.1.3. A contratada deverá fornecer e habilitar os SIM Cards (chips) sem custos adicionais, com tecnologia compatível e em formato triplo corte.

4.1.4. A habilitação das linhas e, quando aplicável, o fornecimento de até 04(quatro) aparelhos smartphones em comodato, deverão ser concluídos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.1.5. Os serviços deverão estar disponíveis em âmbito nacional, com ênfase na região Centro-Oeste, devendo suportar tecnologias 4G/LTE e 5G onde houver disponibilidade.

4.1.6. A contratada deverá manter atendimento ao contratante em regime contínuo, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

4.1.7. A contratada deverá assegurar disponibilidade mínima mensal do serviço de 95%, admitindo-se indisponibilidades ocasionais decorrentes de manutenção programada ou fatores externos.

4.1.8. A contratada deverá disponibilizar canal de atendimento corporativo dedicado.

4.1.9. A contratada deverá apresentar fatura consolidada mensal contendo valor total do serviço e detalhamento.

4.1.10. A fatura deverá ser apresentada com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de vencimento.

4.1.11. A contratada deverá garantir a portabilidade numérica das linhas atualmente utilizadas pela Administração, sem ônus adicional, conforme regulamentação da ANATEL.

#### **4.2. Fornecimento de Aparelhos em Comodato (quando aplicável)**

4.2.1. A contratação poderá contemplar fornecimento parcial de smartphones em comodato.

4.2.2. O fornecimento de aparelhos não constitui condição obrigatória para todas as linhas contratadas.

4.2.3. Os aparelhos deverão atender às seguintes especificações mínimas: Processador Octa-Core (2.5 GHz), RAM mínima de 8 GB, armazenamento 128 GB, tela touchscreen 6.4”, bateria 5.000 mAh, compatível com tecnologia de rede 5G, homologado pela ANATEL, Android/iOS atualizado.

4.2.4. A manutenção e substituição será de responsabilidade da contratada.

#### **4.3. Sustentabilidade**

4.3.1. A contratada deverá observar critérios do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e PNRS.

4.3.2. Ao término do contrato, deverá providenciar destinação ambientalmente adequada dos equipamentos.

#### **4.4. Subcontratação**

4.4.1. Não será admitida subcontratação do objeto.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **5.1. Condições de Execução**

5.1.1. A execução será acompanhada e fiscalizada por representante designado.

5.1.2. O fiscal anotará ocorrências em registro próprio.

5.1.3. A fiscalização não exclui responsabilidade da contratada.

5.1.4. A Administração poderá exigir afastamento de preposto.

5.2. Local da Prestação dos Serviços: Rua Cáceres, nº 425 - Centro – Corumbá/MS, 79304-040.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato será executado conforme Lei nº 14.133/2021.

6.2. A execução será acompanhada por fiscais e gestor do contrato, conforme Decreto nº 11.246/2022.

6.3. As comunicações deverão ocorrer preferencialmente por escrito.

6.4. Poderá ser realizada reunião inicial.

6.5. O fiscal técnico acompanhará a execução.

6.6. O fiscal administrativo verificará regularidade e documentação.

6.7. O gestor coordenará a execução e providências administrativas.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

7.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

7.4.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.4.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.5.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.5.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.5.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.8.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

8.1. A avaliação será realizada mensalmente.

8.2. Poderá haver glosa proporcional em caso de falhas.

### **8.3. Do Recebimento**

8.3.1. Recebimento provisório em até 10 dias.

8.3.2. Recebimento definitivo em até 10 dias após o provisório.

8.3.3. Serviços poderão ser rejeitados se em desacordo.

### **8.4. Liquidação e Pagamento**

8.4.1. Pagamento em até 10 dias úteis após liquidação.

8.4.2. Retenções tributárias conforme legislação vigente.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

9.1. O fornecedor será selecionado conforme Lei nº 14.133/2021, adotando-se o critério de julgamento menor preço.

9.2. Exigências de habilitação conforme legislação aplicável.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O valor mensal estimado da contratação é de R\$ 867,04.

10.2. O valor anual estimado para 12 meses é de R\$ 10.404,48.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A dotação será informada no momento do empenho.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

*Corumbá/MS, na data da assinatura digital.*

### 13. ANEXO I

Não se aplica.

### 14. ANEXO II

Não se aplica.

### 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JESSILEN DE PINHO BRASIL**

Planejamento de contratação

**ALEXCSO GIMENES DE SOUZA**

Fiscal de contrato

**EDYNO MARQUES ALVES BRANCO**

ordenador de despesa